



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b> 05/09/2023	
<b>LOCAL:</b> Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>ÓRGÃO</b>
Tamires Gomes Sampaio	GM
Ricardo Garcia Cappelli	SE
Victor Eptacio Cravo Teixeira	CONJUR
Marivaldo de Castro Pereira	SAJU
Elias Vaz de Andrade	SAL
Augusto de Arruda Botelho Neto	SENAJUS
João Pimenta Staub	SENACON
Marta Rodriguez de Assis Machado	SENAD
Francisco Tadeu Barbosa de Alencar	SENASP
Lício Joaquim da Silva Rêgo	SENAPPEN
Rinaldo de Souza	PF
Antônio Jorge Azevedo	PRF
Alexandre Cordeiro Macedo	CADE
Ronaldo Alves Nogueira	AECI
Elizeu Soares Lopes	ASPAD
David de Lima Freitas	SPO
Randal Farah de Oliveira Leão	SAA
Ney Rego Barros Junior	STI
Sérgio Gomes Velloso	OUV
Ana Luíza Villela de Viana Bandeira	SENAD
Prsicilla Oliveira	SENASP
Roseli Faria	SAJU
Juliana Vieira dos Santos	SAJU
<b>PAUTA:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Abertura;</li> <li>2. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;</li> <li>3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: SENAPPEN, SAJU e SENASP;</li> <li>4. Informe SPO/SE;</li> <li>5. Encaminhamentos.</li> </ol>	
<b>DELIBERAÇÕES</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Secretário-Executivo, Sr. Ricardo Cappelli, deu início à reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, expressando seus agradecimentos pela presença dos titulares. Apresentou a pauta, incluindo o habitual monitoramento do planejamento estratégico, a partir da apresentação de indicadores e projetos estratégicos de unidades previamente selecionadas.</li> <li>2. A palavra foi concedida ao Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Gestão de Riscos da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, o Sr. Lício da Silva, que compartilhou informações sobre o indicador estratégico "Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais". Foram apresentados dados até dezembro de 2022, revelando que mais de 156 mil detentos estavam envolvidos em atividades de trabalho, dos quais cerca de 150 mil estariam alojados fisicamente nos presídios e os demais em prisão domiciliar. Informou uma estimativa de 74 mil pessoas privadas de liberdade que recebem remuneração, sendo tal fato considerado</li> </ol>	

- um avanço significativo. Dentre as dificuldades enfrentadas pela Secretaria, o Sr. Lício destacou a baixa adesão à iniciativa de criação de vagas por meio de contratos administrativos com os estados. Elencou, por conseguinte, a necessidade de: i) atualização do Decreto da Política Nacional de Atenção às Pessoas Privadas de Liberdade; ii) ampliação de vagas por meio de parcerias públicas e privadas; iii) capacitação profissionalizante; iv) promoção de um debate público mais amplo; v) incentivo ao empreendedorismo social e à economia solidária. Ações específicas para superar as dificuldades apontadas foram previstas no âmbito do projeto estratégico "Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional", em situação satisfatória. Assim, além de uma nova versão da Política Nacional de Trabalho no sistema Penal, da implementação de oficinas permanentes, inclusive com evento específico ao público feminino (PROCAP – Mulheres), estão previstas a elaboração de Planos Estaduais de Trabalho para o próximo biênio, a realização de visitas técnicas para intercâmbio entre os estados e a aplicação do Selo Resgata. Por fim, registrou que no mês de setembro do presente ano será realizado: i) VI Seminário Nacional sobre Trabalho no âmbito do Sistema Prisional; ii) celebração do ACT com o Sistema S (Senac, Senai, Sesi e Sebrae); iii) TED com o Fundo Nacional de Educação para a implantação de oficinas produtivas para a confecção de mobiliários escolares; e iv) aquisição dos kits para a implementação das oficinas de trabalho (blocos de concreto, produção e conserto de mobiliários escolares, absorventes, marcenaria e malharia).
3. Em seguida, o titular à frente da Secretaria de Acesso à Justiça – SAJU, Sr. Marivaldo Pereira, expôs que consideráveis demandas vêm sendo apresentadas à Secretaria, provenientes de movimentos sociais representativos (comunidades negras, mulheres, LGBTQIA+, populações quilombolas e diversos outros grupos). Ressaltou que, devido à dimensão da Secretaria e às limitações orçamentárias, a efetiva implementação de projetos da SAJU depende da colaboração e integração com parceiros externos. O Secretário também destacou pautas que a unidade vem debruçando com frequência, como: povos indígenas, especialmente no que diz respeito à demarcação de terras e aos conflitos correlatos; políticas de mediação e mitigação de conflitos decorrentes das questões fundiárias, abrangendo conflitos fundiários nas áreas urbanas e rurais, além da temática indígena. Passando a palavra para a Diretoria de Promoção de Direitos, Sra. Roseli Faria, e convidando a Assessora, Sra. Juliana dos Santos, procederam à apresentação do projeto estratégico "Justiça antirracista e redução das desigualdades", o qual guarda relação com iniciativas de diferentes unidades do MJSP. Um exemplo mencionado refere-se ao eixo de redução da violência institucional, o qual prevê ações junto a atores envolvidos na alteração de protocolos, como a implementação de câmaras corporais. Nesse sentido, a Polícia Rodoviária Federal - PRF já possui um levantamento bibliográfico abrangente, realizou visitas nacionais e internacional para examinar diferentes soluções e câmaras rodoviárias, a fim de atender as necessidades do órgão. A SENASP, por sua vez, vem atuando na certificação e regulamentação das câmaras. Destacou a realização de um seminário para debater os cadernos e os procedimentos operacionais padrão, e que contou com a participação de representantes de todos os estados e forças de segurança. Outra entrega prevista no projeto, voltada aos direitos para população vulnerabilizada, refere-se a ações para dignidade menstrual da população carcerária, que envolvem articulação junto à SENAPPEN, além da execução de oficinas de produção de absorventes nas unidades prisionais selecionadas. O projeto apresenta situação de andamento satisfatória.
  4. Dando continuidade ao monitoramento do planejamento estratégico, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Sr. Tadeu Alencar, iniciou sua fala enfatizando quanto à importância de os presentes terem uma visão ampla das ações desenvolvidas pelas diversas unidades do MJSP e identificarem pontos de convergência que possibilitem colaborações conjuntas. O Secretário ressaltou os esforços significativos realizados pela SENASP, especialmente no que diz respeito ao indicador "Quantidade de Operações Integradas Planejadas e Coordenadas", que já teve sua meta superada, com resultado de 138 operações até o mês de julho de 2023, frente à meta de 110 operações até o final do período. O Secretário também sublinhou a importância de um diálogo federativo, compartilhando avanços significativos nesse diálogo, incluindo reuniões com secretários de segurança pública de diversos estados. Em seguida, a palavra foi repassada para a Coordenadora de Planejamento Estratégico e Avaliação da SENASP, Sra. Priscila Oliveira, que iniciou sua explanação contextualizando o projeto estratégico "Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida". Seu principal objetivo é estruturar o programa de forma a permitir que estados e municípios colaborem com as instituições de segurança pública no desenvolvimento de políticas de valorização, com uma abordagem mais humanizada em relação aos profissionais. A Coordenadora enfatizou que, ao longo do tempo, o programa passou por ajustes significativos. As entregas estiveram vinculadas à disponibilização de informações e documentos destinados a subsidiar os estados na elaboração de políticas de valorização, abrangendo não apenas a qualidade de vida, mas também, a saúde dos profissionais de segurança pública. Foram destacadas duas entregas de grande relevância: i) Habite Seguro: programa de financiamento de imóveis destinado a profissionais de segurança pública que oferece subsídios para aquisição, construção e financiamento de terrenos, além de tarifas especiais; ii) Rede Pró-Vida: iniciativa que visa criar uma rede de apoio e recursos para os profissionais de segurança pública, abrangendo aspectos de qualidade de vida, valorização profissional e saúde. Além disso, foram destacadas iniciativas em desenvolvimento, como o programa de saúde mental e a pesquisa de dados de vitimização.
  5. A reunião foi concluída com o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, compartilhando informações relevantes sobre planejamento e orçamento. Foi pontuado, na oportunidade, que cerca de 80% do orçamento anual foi executado, sendo ainda identificados alguns empenhos que possuem saldos remanescentes. Nesse sentido, o Subsecretário enfatizou a necessidade de revisar esses processos, uma vez que haverá uma janela orçamentária no final do mês de setembro, oportunidade para redirecionar tais recursos. Reforçou também acerca das execuções de emendas parlamentares, pedindo especial atenção dos dirigentes no que se refere à execução de emendas parlamentares. Outro ponto discutido referiu-se aos "restos a pagar críticos", empenhos registrados como restos a pagar que precisam ser liquidados até 31 de dezembro de 2023, a fim de que sejam evitados cancelamentos. Informou que as unidades possuem o prazo de até 22 de setembro para encaminhar ajustes relacionados à troca de natureza de despesa ou cancelamento e suplementação entre ações orçamentárias.
  6. Finalizando a reunião, o Secretário-Executivo, Sr. Ricardo Cappelli, estabeleceu que, na próxima reunião do CGE, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 envolverá a exposição do progresso de indicadores e projetos estratégicos das unidades a serem posteriormente definidas e comunicadas.



Documento assinado eletronicamente por **Rinaldo de Souza, Usuário Externo**, em 03/10/2023, às 15:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tamires Gomes Sampaio, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 03/10/2023, às 16:19, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Gomes Velloso, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 03/10/2023, às 17:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Alencar, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 03/10/2023, às 23:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Augusto de Arruda Botelho, Presidente do Conselho Nacional de Imigração**, em 04/10/2023, às 12:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA, Secretário(a) de Acesso à Justiça**, em 04/10/2023, às 20:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ney Rego Barros Junior, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 05/10/2023, às 08:54, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 05/10/2023, às 10:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Randal Farah de Oliveira Leão, Subsecretário(a) de Administração**, em 06/10/2023, às 18:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 11/10/2023, às 11:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Jorge Azevedo Barbosa, Usuário Externo**, em 11/10/2023, às 16:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 16/10/2023, às 17:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Pimenta Staub, Coordenador(a)-Geral de Administração e Relações Institucionais**, em 20/10/2023, às 09:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Garcia Cappelli, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 20/10/2023, às 10:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 24/10/2023, às 15:28, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25641065** e o código CRC **5AF8B787**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.